

LASKOSKI Tatiane de Oliveira¹
 SILVA, Flavia Vieira²
 SOUSA, Claudia de Oliveira de³

RESUMO

Quando se fala de autismo, tem-se a ideia de uma pessoa que não tem condições de se comunicar e de se socializar, isso ocorre devido à falta de informação que a sociedade tem sobre o autismo, alguns estudiosos da área afirmam que a pessoa autista tem sim, uma grande possibilidade de levar uma vida normal de acordo com suas limitações. O objetivo geral da pesquisa está em compreender os desafios da inclusão da criança autista. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa de campo realizada na Escola Municipal Professor Benjamin Padoa, estabelecida no município de Alta Floresta-MT. A técnica utilizada para a coleta de dados consistiu numa entrevista com duas professoras da Escola, que desempenham seu ofício em salas de aula regular para crianças autistas. Os teóricos estudados foram Sanches e Teodoro (2006,) Gilberg (1990), Orrú (2011) Mello (2005) e Marques (2000). Os resultados mostraram que para haver inclusão é necessário adaptações curriculares, metodológicas e principalmente formação dos professores, para atuarem junto aos alunos autistas, cabe aos envolvidos nessa prática inclusiva promover ações de aceitação, respeito, diálogo, cooperação, flexibilização tanto na adaptação curricular quanto na formação docente, ampla e contínua

Palavras-chave: Autismo. Desafios. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir a educação especial no âmbito da educação pública municipal, tendo em vista as pessoas portadoras de necessidades especiais como os autistas.

Quando se fala de autismo a uma pessoa, a primeira imagem que ela tem em sua cabeça é de uma pessoa agressiva que não tem condições de se comunicar e de se socializar, isso ocorre devido à falta de informação que a sociedade tem sobre o autismo, mas muitas pessoas autista levam uma vida normal de acordo com suas limitações, isso acontece quando o autista é inserido na sociedade desde criança em idade escolar da mesma forma com que as outras crianças são.

O autismo tem três características que marcam muito a criança: a dificuldade de interação social, dificuldade no uso da linguagem e comportamento repetitivo e restrito. Contudo a criança pode se desenvolver por meio de convivência com outras crianças da mesma faixa etária, e a escola é o melhor lugar para que isso aconteça. (SANTOS, 2013,).

¹ Graduada em pedagogia pela Faculdade de Alta Floresta (FAF).

² Graduada em pedagogia pela Faculdade de Alta Floresta (FAF).

³ Graduada em pedagogia pela Faculdade de Alta Floresta (FAF). <claudia_af92@hotmail.com>

O autismo compromete a interação social e a comunicação da criança, tem comportamento repetitivo, restrito e pouco interesse por atividades, essas crianças que antes se socializavam só com membros da família agora tem a oportunidade de fazer amigos e conviver em sociedade, pois atualmente as crianças autistas frequentam a escola se desenvolvem socialmente. (CUNHA, 2009).

A inclusão da criança portadora de necessidades especiais nas salas de aula regular é um tema que leva a escola e a sociedade a rever a velha prática cometida contra a criança “especial”; antes essas crianças ficavam em casa e era poucas as vezes que saíam de casa e tentavam se comunicar com outras crianças, muitas vezes as crianças eram isoladas e com isso a própria família também se isolava, essa prática mudou e a criança especial atual tem seus direitos assegurados por lei, um deles é o de frequentar a sala de aula regular e se desenvolver por meio da comunicação frequente com crianças da mesma faixa etária.

Com isso a escola se depara com o seguinte problema: como inserir um aluno com variadas limitações em uma sala de aula regular? Isso é possível basta que a escola e os profissionais da educação estejam dispostos para receber esse aluno. Nesse processo de inclusão a formação e a informação que o professor tem sobre a doença do aluno e sua limitação é muito importante.

O objetivo portanto com a realização do presente artigo consiste em verificar e discutir a escola e os professores em estarem preparados para o processo de inclusão da criança autista.

Para que haja inclusão do aluno autista na escola o professor precisa estar capacitado e estar disposto a inserir em sua prática pedagógica diferentes metodologias para que haja a inclusão da criança autista. As dificuldades são enormes tanto para a escola quanto para os alunos e professores.

Diante desse contexto, o conhecimento sobre as políticas públicas em educação inclusiva, deve garantir ao educando um ensino que reconheça a legitimação de novas práticas de acordo com às necessidades diversificadas dos alunos

O presente trabalho está organizado além dessa Introdução em três capítulos. No primeiro foi abordada aspectos introdutórios sobre autismo, onde se descreve estudos e teorias sobre o autismo. No segundo apresentam-se alguns avanços legais sobre a inclusão escolar. O terceiro estabelece os procedimentos metodológicos. O quarto, trata dos resultados e discussão dos dados da pesquisa de campo. E ainda, ao final do artigo, as conclusões acerca do dados coletados, analisados e interpretados.

2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O AUTISMO

No início do século XIX deu-se início de definições de casos de crianças com perturbações mentais e de desenvolvimento. Essas perturbações eram classificadas como “psicoses” ou como alterações funcionais num organismo saudável.

O termo “autista” foi primeiramente usado pelo médico suíço Eugen Bleuler que, do grego, significa “eu mesmo”. Antes disso, os autistas eram diagnosticados como esquizofrênicos: pessoas desapegadas de tudo, exceto de seu mundo interno. Ou seja, antes de Bleuler a palavra “autista” referia-se a um sintoma, e não a uma síndrome. (GRINKER, 2010, p.69).

Marques (2000) afirma que o primeiro caso de autismo descrito pelos pesquisadores se deu em 1801, foi o caso de Victor, um rapaz selvagem, de Aveyron. no sul da França. Por não demonstra afeto, e ser agressivo, com comportamentos de balanceamento e períodos de muita euforia Victor provavelmente seria uma criança autista

De acordo com Marques (2000), a identificação científica do autismo foi dada por psiquiatra Leo Kanner em 1943.

O autismo em 1943, caracterizado por Leo Kanner tornou-se um dos desvios comportamentais mais estudados, debatidos e disputados, que teve o mérito de identificar a diferença do comportamento esquizofrênico e do autismo. Até hoje, sua descrição clínica é utilizada da mesma forma, que foi chamado de Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo – Síndrome Única. (KLIN 2006,p.65),

Um ano mais tarde o pediatra austríaco, Hans Asperger, publicou um artigo, em que descrevia um grupo de crianças com características semelhantes ao psiquiatra Kanner, chamando-a de Autismo. Em 1983, houve o reconhecimento da Síndromes de Asperger deixando de ser considerado autismo, onde em 1987 a Associação Americana de Psiquiatria criou o termo Distúrbio Abrangente do desenvolvimento, o Autismo deixa de ser considerado uma psicose infantil.

Ainda há muitas pesquisa em torno das causas do Autismo em relação ao problema etiológico, em relação as alterações nas estruturas cerebrais, há duas teorias psicogenéticas e biológicas que buscam explicar essas causas, mas as mesmas se opõem, sendo essas as teorias psicogenéticas que atribui as causas do autismo as condutas parentais impróprio e biológicas incluem doenças metabólicas, doenças neurológicas e doenças hereditárias como fator do autismo.

A teoria psicogenética apresentava-se como defensora que a criança autista era normal no momento do nascimento, mas devido fatores familiares adversos no decorrer do seu desenvolvimento desencadeou um quadro autista. Os sintomas eram considerados secundários, atribuíveis, portanto, as condutas parentais impróprio. Essa teoria deu início a pesquisas reagrupadas em quatro eixos, sendo esses o stress precoce, as patologias psiquiátricas parentais, quociente de inteligência e classe social dos pais, e por ultimo a interação pais e filhos. Não podemos aceitar o modelo segundo o qual pais normais seriam responsáveis por graves distúrbios de seus filhos, enquanto seus irmãos são normais (LEBOYER,2005,p.49)

Quanto à abordagem biológica Assumpção e Pimentel (2000) afirmam que as causas do autismo são desconhecidas, porém varias doenças neurológicas e/ou genéticas foram apresentadas como sintomas do autismo. Problemas cromossômicos, gênicos, metabólicos e mesmo doenças transmitidas/adquiridas durante a gestação, durante ou após o parto, podem estar associados diretamente ao autismo.

Geralmente as pessoas autistas são identificadas devido a três tipos de perturbações na área social, comunicação e comportamento.

Na Área Social a pessoa tem dificuldade de relacionamento, pois não conseguem interagir para compreender as regras sociais. É possível destacar algumas características da pessoa autista relacionadas a essa área como: não se relacionar com contato visual, expressões faciais, relação com os pares, primar pela rotina, sendo que a criança autista pode tanto isolar como também interagir de forma estranha aos padrões habituais. (BATISTA; BOSSA, 2002, p.34).

Na Área de Comunicação e Linguagem, por apresentar uma forma deficiente e diferente dos padrões habituais devido a sua linguagem repetitiva e estereotipada, o autista não consegue iniciar e manter uma conversa.

Estudos tem apontado que 70% dos indivíduos com autismo apresentam deficiência mental. Somente 30% apresentam um perfil cognitivo caracterizado por uma discrepância entre as áreas verbal e não-verbal em testes padronizados. Nesses indivíduos, geralmente não se identificam problemas na área não-verbal (ex.: habilidades visuomotoras), podendo esta inclusive estar acima do esperado para a idade cronológica.(BATISTA; BOSSA, 2002, p.32)

Em relação à Área do Comportamento a mesma é caracterizada pela rigidez do comportamento e pensamento e também a falta de imaginação. Devido a esse fato um dos problemas que pais e educadores encontrarem estratégias para o desenvolvimento social do autista, que conseqüentemente prejudica o relacionamento com outras pessoas em suas habilidades de comunicação.

De acordo com Assumpção e Pimentel (2000) o autista não consegue unificar o mundo percebido como um todo, mas sim o mundo em pedaços. É a partir desta percepção de mundo fragmentado, que se pode compreender a característica autista pela necessidade de uniformidade e rotina; em estabelecer e manter interesses restritos e limitados; e comportamentos repetitivos, como uma tentativa de entrosar-se ao ambiente, organizando-o para torná-lo previsível

Após identificando os sintomas da pessoa portadora de autismo, se faz necessário conhecer os avanços das Leis relacionados a inclusão escolar.

3 AVANÇOS LEGAIS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Sanches e Teodoro (2006) descrevem que na Declaração de Salamanca Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994 a expressão necessidades educativas especiais refere-se a: todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com a deficiência ou dificuldades escolares.

O objetivo dessa inclusão escolar tem por objetivos retirar crianças e jovens com deficiência na defesa da normalização possibilitando ao educando uma vida o mais normal possível.

No Brasil, a lei que assegura a inclusão de crianças como necessidades especiais no espaço escolar na rede regular de ensino, é a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. O capítulo V, a LDBEN diz que se entende por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996,p.95)

Muitas vezes, o que está escrito no capítulo V da LDBEN, não se adequa à realidade das escolas em relação ao atendimento educacional. Ou seja, a Lei nos diz que a escola deve adequar o currículo, seu espaço físico, para que possa receber crianças com deficiências, mas isso geralmente não acontece, ou acontece de forma falha

Para que as escolas consigam integrar esses alunos ao ensino regular necessitam de uma equipe de profissionais de médicos, pedagogos, psiquiatras, psicólogos, neuropediatras, para se chegar a um diagnóstico. Depois de estabelecido o diagnóstico, é possível trabalhar com estas crianças aspectos sociais, psicomotores e escolares de maneira adequada.

Silva (2009) descreve que a integração das crianças com deficiência ou dificuldades escolares nas escolas regulares implica em um atendimento educativo diferenciado e individualizado, adaptando através de métodos de ensino, materiais e espaços educativos que possa ajudar as crianças atingirem suas metas..

Um diagnóstico de transtorno Autista requer a análise de seis critérios o comportamentais, os distúrbios na interação social, a comunicação e padrões restritos de comportamento e interesses. Alguns desses critérios são prejuízo no uso de formas não-verbais de comunicação e interação social; prejuízo na capacidade de iniciar e manter uma conversação; uso repetitivo da linguagem.

A criança portadora de necessidades especiais seja ela qual for tem direito a ser matriculada em uma sala de aula. a criança portadora de necessidades especiais tem direito a frequentar um a sala de aula regular para Varella (2011 p. 02):

Autismo é um transtorno global do desenvolvimento marcado por três características fundamentais:

- * Inabilidade para interagir socialmente;
- * Dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos;
- * Padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

O grau de comprometimento é de intensidade variável: vai desde quadros mais leves, como a síndrome de Asperger (na qual não há comprometimento da fala e da inteligência), até formas graves em que o paciente se mostra incapaz de manter qualquer tipo de contato interpessoal e é portador de comportamento agressivo e retardo mental.

O autista não pode ser visto como alguém que não aprende possuidor de algo interno que lhe dificulta a aprendizagem, mas sim, como uma pessoa que têm formas diferentes para alcançar este aprendizado.

A educação inclusiva é um direito assegurado desde a Constituição Federal de 1988, Diante disso, é de extrema importância fazer reflexões sobre as Políticas Públicas de educação no Brasil, partindo de uma linha histórica que compreende desde a exclusão total, passando pela Educação Especial, até os dias atuais.

Mas para que haja a inclusão escolar é de suma importante, pois, elimina as barreiras, da discriminação, dentre outras, que dificultam ou impedem o conhecimento ou aprendizagem de todos na escola.

A educação neste sentido se destaca como um direito de todos é o princípio constitucional que fundamenta a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a implantação de políticas públicas que direcionam ações dando condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas de ensino regular.

Com a criação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), desenvolvido pelo MEC/SEESP, o art. 2º torna a obrigatório os sistemas de ensino matricular todos os alunos, responsabilizando a escola organizar-se para prestar atendimento aos estudantes com necessidades especiais.

Não obstante, o art. 3º estabelece uma contrariedade que extirpa do ensino regular o seu caráter impreterível, pois menciona que educação especial, modalidade educação escolar, consolida-se em um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que garanta os serviços educacionais especializados, organizados institucionalmente para respaldar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (BRASIL, 2009,p.69).

Em 2001 e aprovado o Plano Nacional de Educação PNE, Lei nº 10.172/2001 que tem como objetivos:

- A elevação global do nível de escolaridade da população; 18 - A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2009,p.95).

No ano de 2002 Resolução CNE/CP nº 1/2002 instaura as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso

de licenciatura, de graduação plena e no mesmo ano a Lei nº 10.436/02, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, tendo como garantia por parte do poder público em geral de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais. Em um parágrafo único determina que “a Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2009, p.89).

Em 2003 o MEC aprova a Portaria nº 2.678/02 das diretrizes e normas para o uso, ensino e a difusão do sistema Braille, agregando ao projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2004 houve a publicação da Cartilha com a titulação: “Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, que apresentava um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos, contendo aspectos jurídicos e orientações pedagógicas (BRASIL, 2004, p.58).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos O PNEDH foi instaurado em 2006.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos O PNEDH é resultante de um trabalho de parceria do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Justiça (MJ). O objetivo norteador desse projeto é respaldar e impulsionar ações educativas, no âmbito da Educação Básica, Educação Superior, Educação não formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia, na esfera pública e privada e na área de direitos humanos (BRASIL, 2009, p.68)

Em 2007 surge o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), descreve que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Em surge o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o 1º capítulo: “Razões e Princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação” (p. 9), ao se referir à educação especial, explicita que o intuito do PDE seria findar possíveis contradições entre educação regular e a educação especial, pois o processo de inclusão ainda não foi devidamente estruturado, principalmente acerca da transversalidade em todos os níveis na educação especial, o que consequentemente reduz as possibilidades de acesso e permanência na educação básica. No Subitem “Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade” (p. 35), o PDE ainda propõe ações que possam assistir de forma qualitativa às expectativas da inclusão educacional, tais como: programas que viabilizam a formação continuada de professores na educação especial; criação de salas de recurso multifuncionais; acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência; apresenta também - Programa Incluir - que tem como princípio à acessibilidade na educação superior (BRASIL, 2009, p. 62)

Em 2008 foi elaborado o elaboração Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e que buscava a construção de uma educação de qualidade.

Com a elaboração documento: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, criado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela

Portaria nº 555/2007, prorrogado pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Tal documento versa sobre construção de políticas que consolidem uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2008, p.69).

A Resolução n. 4 CNE/CEB, no ano de 2009 cria diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em relação ao atendimento educacional especializado passe a ocorrer preferencialmente, no ambiente da sala de recursos multifuncionais;

O art. 5º determina que o atendimento educacional especializado passe a ocorrer preferencialmente, no ambiente da sala de recursos multifuncionais da própria. O AEE poderá também ser realizado, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p. 95).

A seguridade dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista TEA ocorreu em 2012 esa garantia do acesso e permanência da criança na escola.

A garantia do acesso e permanência foi aberto a partir da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como - Lei Berenice Piana - apresentando uma alteração no § 3º no § 3º parágrafo do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O § 2º parágrafo determina que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para quaisquer efeitos legais. Em parágrafo único enfatiza que, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, p99).

Essa mudança proporcionou aos profissionais melhores acompanhamento pedagógico, pois o mesmo leva em conta as especificidades do estudante e seu tempo, para proporcionar adequações de atividades que concernem o conteúdo do ensino regular.

Em 2014 a Lei nº 13.005, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a garantias da universalização para a população de quatro a dezessete anos com deficiência acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado

No ano de 2014 o novo Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. Estabelece na 4ª meta a garantia da universalização para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, salvaguarda o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, prioritariamente na rede regular de ensino, assegurando-lhes um sistema educacional inclusivo com salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p.99).

Pode-se observar no decorrer da pesquisa alguns dispositivos legais que incluem alunos com deficiência na aprendizagem no ensino regular, mas se faz necessário ressaltar o ano de 2014 houve a criação dos centros multidisciplinares possibilitando a continuidade de assistência e acompanhamento educacional especializado com maior apuração, por intermédio do Plano Nacional de Educação (PNE).

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os métodos, as técnicas e os procedimentos utilizados para a realização do presente artigo.

Dentre os métodos de abordagem existentes optou-se pelo método indutivo, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, para inferir uma verdade geral ou universal.

A indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (VERGARA 2003, p. 48).

Há vários tipos de métodos de procedimento, entretanto o escolhido foi o monográfico, utilizado para investigar o assunto abordado com maior profundidade ajudando na conclusão do trabalho. Lakatos e Marconi (2001, p. 103) definem-o: “O método monográfico, ou estudo de caso, consiste na observação de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações”.

Os procedimentos para a coleta de dados se deu em revisão de literatura e entrevistas. A pesquisa bibliográfica se deu através da revisão de Literaturas, releitura de textos e matérias já estudadas e aprofundamento dos conhecimentos teóricos.

A pesquisa bibliográfica é o estudo, sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma (VERGARA 2003, P. 48).

A coleta de dados também fez uso de entrevista com duas professoras da Escola Municipal Professor Benjamin Padoa, localizada em Alta Floresta-MT, que tem em suas salas de aula crianças autistas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Escola Municipal Professor Benjamin Padoa Localizada na Av.: Ariosto da Riva nº. 3575, atende do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, nos períodos matutino e vespertino num total de 607 alunos, 27 professores, totalizando 44 funcionários entre eles coordenadores e administrativos. Pela manhã das 7h00 as 11h00 e a tarde 13h00às 17h00.

A entrevista foi realizada com duas professoras da Escola Municipal Professor Benjamin Padoa. O motivo da escolha dessas docentes deu-se por terem em suas salas de aula regular crianças autistas.

Iniciou-se a entrevista partindo para questões relacionadas a formação, tempo de serviço enquanto professora e em função da Educação Especial. Ana atua na educação há 15

anos e trabalha com a Educação Especial a 6 anos. Bárbara está na educação 12 anos na educação e trabalha a 5 com a educação especial.

É interessante observar que o tempo de experiência na Educação Especial fornecerá subsídios para que os educadores realizem uma prática pedagógica adequada em face do processo de inclusão, pois se faz necessários que o professor atue como um agente facilitador dos processos de aprendizagem e isso só poderá ser concedido devido as experiências anteriores.

Marchesi (2004, p. 44) entende que “é muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores não possuem experiências em sua prática em educação especial, pois o tempo de atuação os auxiliará na aquisição de uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.” É importante destacar que a formação dos professores para a inclusão preparados para essa prática, de modo que possam atender às necessidades do ensino inclusivo. Acredita-se que o saber vai se construindo à medida que as experiências vão se acumulando e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação tem um papel fundamental na prática profissional

O tempo de atuação do educador é imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas (ORRÚ, 2003, p.1)

Na questão relacionada aos tipos de deficiências que trabalharam durante a carreira profissional, e durante quanto tempo, Ana descreve que já trabalhou com alunos com deficiência mental durante 6 anos, e, deficiência visual e auditiva por 1 ano. Já Bárbara trabalhou com alunos com deficiência mental e física por 3 anos.

É um desafio aos profissionais de educação, atender educandos com necessidades educacionais com qualidade, mas para que isso aconteça o professor necessita criar estratégias que trabalhe as potencialidades que precisam ser exploradas. Uma das estratégias para se trabalhar com o aluno com necessidades educacionais está em criar estratégias, repensar sua prática pedagógica.

O professor deverá promover um ensino igualitário, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e, sim, da escola também, onde a diversidade se destaca.

Quando nos referimos ao papel do professor, pressupomos que se faz necessário uma intervenção mediatizada por parte deste, nesse sentido, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para ser um orientador, que estimula o desenvolvimento e a aprendizagem a partir de interações construídas no envolvimento de toda a turma. Podemos dizer que a mediação “é processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2007, p.26).

Através da mediação o professor poderá desenvolver ou recriar metodologias diversificadas para obter uma resposta positiva ao seu trabalho. o professor tem um papel determinante, pois é ele quem estabelece o primeiro contato com a criança, criando possibilidades para todos, adequando sua metodologia às necessidades diversificadas de cada aluno.

Quando questionadas sobre o apoio recebido para atuarem com as crianças com necessidades educacionais especiais, as entrevistadas apontaram a Secretaria Municipal de Educação e a própria Escola, e também outro apoio identificado por elas diz respeito a profissional da Fonoaudióloga da cidade, como também alguns grupos de estudos, formação em autismo e libras.

Acresce mencionar, o apoio de profissionais da área de saúde que trabalham com o aluno, como fonoaudiólogos pode esclarecer algumas necessidades de crianças, e a partir daí sugerir ao professor, alternativas para o atendimento dessas necessidades.

É fato que para que realmente haja inclusão se faz necessário um conjunto de pessoas, tanto na área social quanto educacionais, e em outras áreas, dando suporte as crianças especiais.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008).

Para que se ofereça uma qualidade de vida melhor é necessário oferecer uma prática pedagógica de qualidade que atenda as necessidade de cada um em ambientes integrados, oferecendo suporte a essas pessoas e capacitando professores para desenvolver melhor suas habilidades profissionais.

A função do professor é ajudá-las a se aproximar desse mundo de significados e proporcionar os instrumentos funcionais que estão dentro das possibilidades da criança. Estes sentimentos de estupor, incapacidade e perplexidade que professores poderão apresentar, não são negativos, ao contrário, podem mobilizar a necessidade de compreender os autistas e ajudá-los através da educação. (MELO, 2005, p.98)

Para que o profissional consiga realizar um trabalho com a criança Autista é necessário compreender no que consiste ser autista, os processos de aprendizagem dos autistas, para então realizar um trabalho com os eles. Os profissionais, por sua vez, deverão estar preparados, lendo e se atualizando sempre que possível sobre o assunto e principalmente ter a vontade de aprender e vivenciar esta experiência

Em relação ao apoio do sistema público em relação às salas multifuncionais ou salas de apoio, na própria escola, deve ter por objetivo oferecer recursos e estratégias para eliminar barreiras, favorecendo a participação social e o desenvolvimento da aprendizagem.

Uma das contribuições da Política Nacional de Educação Especial visando a melhoria e orientação das redes de ensino é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual para todos. Refere-se a um professor especializado nesse tipo de atendimento que identifica a necessidade de cada um, cria e articula um plano de ensino dentro do ensino comum, provendo recursos para esses alunos, adaptando as situações, trazendo para o seu cotidiano não só na parte pedagógica, mas também preparando para a sociedade. (MANTOAN 2009, p.98)

O professor por mais dedicado que ele seja não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade. É necessário tanto a escola como centros de apoio construam uma sociedade inclusiva, usando as técnicas necessárias em conjunto com materiais oferecidos pela escola ou instituição.

Na questão voltada aos grupos de estudos, formação em autismo e libras, acredita-se que o oferecimento de formação fornecida para os professores que atuam na Educação Especial deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo bem como a análise das práticas docentes criando espaços para a reflexão coletiva, esforçando-se, sempre para pensar em soluções para as questões enfrentadas nas escolas em relação a inclusão.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006).

Em relação à formação, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco oferecem formação na área e são poucas as oferta de cursos específicos para lidar com eles. Ainda há muito para se fazer, pois a formação do professor não é coerente para se trabalhar com a inclusão, enquanto isso a pedagogia da diversidade precisa ser vista como uma pedagogia que seja auxiliadora, em que as práticas pedagógicas precisam ser repensadas e modificadas, dependendo da criatividade de cada professor, o modo com o qual desenvolverá seu projeto com a sala, de forma a incluir a todos, através de um planejamento flexível para novas adaptações.

A formação do professor deve permear toda e qualquer prática dos profissionais do século XXI, pois o mundo está a exigir o domínio de conhecimentos e competências para a garantia do direito à cidadania. É através da formação os professores se instrumentalizarão para o exercício de práticas reflexivas, fazendo uso do processo avaliativo como diagnosticador do que devem modificar em suas ações, em suas propostas de sala de aula, a fim de permitir que os alunos apropriem-se de um saber que garanta-lhes o direito à cidadania e à inclusão social. (PERRENOUD, 2000, p. 69)

Acredita-se que pensar na formação docente, no espaço escolar possibilitará mudanças nas práticas pedagógicas em relação ao currículo, no ensino e aprendizagem dos alunos, abrindo caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus fazeres. A formação deve representar um espaço de reflexão da ação educativa e das práticas pedagógicas para validar os conhecimentos e pressupostos que fundamentam o aprender na escola.

Como as entrevistadas veem o apoio que recebem em suas atividades pedagógicas, Ana afirma que recebe apoio da equipe gestora e esse tem auxiliado muito em relação às dificuldades enfrentadas em sala de aula, Bárbara também relata que recebe apoio da instituição, mas ressalta que é preciso que haja melhoras.

O planejamento da ação educativa inclusiva deve envolver educadores tanto da educação especial como da regular. O professor muitas vezes necessita de auxílio da equipe gestora auxiliando no desenvolvimento de suas ações, discutindo com o professor do ensino regular, em relação ao planejamento e elaboração, execução e avaliação.

Perrenoud (2000) assinala que todo ato educativo é feito de desafios e que é a partir das exigências e deles que os educadores vão se tornando melhores. No dia a dia da sala de aula, o(a) professor(a) é levado(a) a indagar-se: o que fazer para que todas as crianças progredam, o que fazer para que cada criança se desenvolva e avance.

Para que o trabalho do professor seja desenvolvido com êxito ele e a criança necessitam de acompanhada em sua deficiência por um profissional para haver um avanço grau da sua deficiência. O enfoque educacional deverá concentrar-se nos fatores de ensino e aprendizagem, associada ao desenvolvimento de boas estratégias de ensino que beneficiem a todos.

Em relação à questão 7, em que se reflete às necessidades em sala de aula, Ana está em relação ao nível de dificuldade das crianças. Bárbara descreve que sua maior necessidade é de conversar com os especialistas que atendem as crianças das salas de recursos multifuncionais.

O entendimento do processo de conhecimento é importante para se que haja um trabalho que inclua verdadeiramente a criança com necessidades educacionais. Ao se respeitar o ritmo da aprendizagem de cada aprendiz, seu estágio de desenvolvimento, seus sistemas de significação e de seus conhecimentos. O conhecimento do estágio de desenvolvimento do aluno servirá com base para que o educador consiga trabalhar com os alunos, independentemente das suas diferenças ter sucesso na sua aprendizagem.

A construção de modelos educativos eficazes para todas as crianças. Os sistemas educacionais deverão estar em sintonia com os problemas de renovação da escola pública, pois uma escola que se desenvolve fugindo dos conflitos é uma escola

débil. A mesma pertence e é inserida dentro de um todo social, o qual influencia e é influenciada por ela (AINSCOW, 1997, p. 9).

O trabalho em conjunto possibilitará o desenvolvimento de ações da escola em relação a inclusão através da participação, entrosamento, reflexão do processo como um todo. Um conjunto de recursos educacionais, organizados para apoiar o aluno no contexto da escola comum ou regular aos alunos com deficiências deve ter por objetivos construir, de forma coletiva, condições para atender bem à diversidade de seus alunos.

A última questão 8, busca refletir em relação às principais dificuldades em atuar com alunos com necessidades especiais. Ana descreve que tem muita dificuldade em trabalhar com uma aluna com paralisia cerebral e um aluno autista. Já Bárbara diz se compreender a síndrome de Dow.

Na atualidade se faz necessário que todos os educadores estejam qualificados para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências através de cursos que forneçam subsídios e preparo, pois a falta de apoio e cursos é considerado como um dos obstáculos pelos professores é um dos mais citados para a educação inclusiva. É preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Mantoan (2009) afirma que é necessário recuperar a confiança dos professores e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Diante dessa ideia a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular deve implicar no desenvolvimento de trabalhos na sala de aula que busque o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar durante a pesquisa que a inclusão é uma tarefa desafiadora, pois ao se receber alunos com deficiência as escolas enfrentam desafios em relação a adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Outro desafio está em relação ao despreparo dos educadores na questão de que a educação especial atue de forma articulada com o ensino comum, procurando atender as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência. O despreparo dos educadores

para a diversidade de aprendizagem, bem como o exercício da prática educacional inclusiva, representa um grave problema que podem gerar sérios equívocos educacionais. A formação dos professores é um caminho para a construção de uma escola inclusiva. Uma política de formação de professores é um dos pilares para a inclusão escolar, pois a mesma pode ser considerada como um elementos importantes para o exercício de uma prática docente inclusiva.

Acredita-se que nos cursos de formação de professores deve ser discutido a temática da diferenciação do ensino. Na perspectiva da inclusão escolar os professores devem estar preparados para lidar com a diversidade, inclusive e especialmente com a diversidade do alunado com necessidades educacionais especiais, que durante seu processo de escolarização pode apresentar algumas peculiaridades.

Em relação ao problema da pesquisa, se a escola e os professores estão preparados para a inclusão da criança autista, observou-se que os professores recebem apoio de profissionais da área de saúde que trabalham com o aluno, como fonoaudiólogos, poderão esclarecer as necessidades de crianças e sugerir, alternativas para o atendimento dessas necessidades, apoio do sistema público em relação as salas multifuncionais ou salas de apoio, são realizados constantemente grupos de estudos e formação em autismo e libras.

A inclusão de crianças autistas é necessária para o preparo para a vida em comunidade, dando oportunidade de conviver com crianças que não possuem a síndrome. Mas é preciso que os professores sejam capacitados para atender as crianças com autismo. A inclusão dessas crianças em escolas regulares promoverá experiências de socialização, tornando-as o mais independente possível.

Diante deste contexto espera-se que os professores sejam capazes de acolher a diversidade e estejam abertos às práticas que incluem o conhecimento da legislação vigente.

Após esse estudo observou-se que a formação do educador é essencial para que ele tenha conhecimento sobre a necessidade da criança Autista em relação a as defasagens na área social, linguagem e comportamento, devido a esse fato é inegável que a criança que apresenta essa defasagem necessite de profissionais que trabalhe, que respeite suas limitações e proporcione métodos de intervenção de aprendizagem que atendem essas crianças.

Conclui-se que o professor deve estar sempre em busca de formação para aperfeiçoar sua habilidade de repassar seu conhecimento de forma didática fazendo com que o autista sinta-se confiante no ambiente escolar.

Avalia-se que mesmo com os avanços nos últimos anos, ainda há muito por fazer quanto à inclusão, especialmente das crianças com autismo, pois cada um precisa estar

consciente de seu papel nessa caminhada. Percebe-se ainda, que é primordial aprofundar mais o estudo sobre a referida síndrome, pois como educador/a, o conhecimento deve ser algo em constante aperfeiçoamento.

AUTISM AND SCHOOL: the challenges and the necessidade included.

ABSTRACT

When it comes to autism, the first image we have is of an aggressive person who is unable to communicate and socialize, this is due to lack of information that society has about autism, experts in the field say that a man autistic but has a great chance to lead a normal life according to their limitations. The overall objective of the research is to understand the autistic universe the challenges of inclusion. The methodology used in the research was carried out bibliographic research and field research at the Municipal School Professor Benjamin The technique used to collect data through an interview with two teachers of the Municipal School Professor Benjamin Padoa who has in their classrooms regular children autistic .. studied theoretical surveyed were Sanches & Teodoro (2006) Gilberg (1990), Orrú (2011) Mello (2005), Marques (2000). The survey results showed that to be included is required there curricular, methodological and especially regarding the training of teachers to work with autistic students adaptations through prior training on the specifics of the syndrome and existing educational programs for these children

Keywords: Autism. Challenges. Inclusion.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BOSA C. A. **As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva. Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2001.

BRASIL. A Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Áreas das necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

_____. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei Nº 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lde.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases no 9394/96**. Brasília: MEC..1996

CAMARGO, Sígla Pimentel Ho (tem um trema aqui)her; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

GILBERG, C. **Infantile Autism: diagnosis and treatment.** Acta Psychiatr Scand 1990; 81:209-15.

MARQUES, C. (2000). **Perturbações do espectro do autismo.** Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães. Lisboa: Quarteto Editora. 2000.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004

MELLO, A. **Autismo:** Guia prático. São Paulo: AMA. 2005

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MELLO, A. M. S. R. Autismo: guia prático. 5ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

ORRÚ, Ester Silva. **Autismo: o que os pais devem saber?** – 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

ORRÚ, S. E. A formação de professores e a educação de autistas. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Espanha, v 31, p 01-15, 2003